

Rumo dos juros preocupa setor do governo

*Desenvolvimentistas
vêm manutenção da
taxa como prejudicial ao
crescimento econômico*

SÉRGIO GOBETTI

BRASÍLIA – A última ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que sinaliza a manutenção da taxa de juros nos níveis atuais “por um período prolongado”, causou preocupação em alguns setores do governo federal. A chamada “ala desenvolvimentista”, que ocupa o Ministério do Planejamento e vinha aceitando apertar as contas públicas com a perspectiva de liberar a política monetária para uma ação mais ousada de estímulo ao crescimento econômico, teme que todo o esforço fiscal feito até agora seja desperdiçado pelo excesso de conservadorismo do Banco Central.

Em um ano e meio, o governo Lula já acumula um superávit primário R\$ 40 bilhões maior do que o realizado em igual período nos dois últimos anos da gestão Fernando Henrique Cardoso. O superávit primário leva em conta receitas e despesas, sem incluir gastos com juros. Entretanto, a elevada carga de juros tem neutralizado boa parte desse resultado fiscal. Na comparação entre os dois governos, o déficit nominal (excesso de despesas, incluindo juros, sobre as receitas) apurado pelo Banco Central

cresceu de R\$ 60,1 bilhões (em 2001 e 2002) para R\$ 94,7 bilhões (em 2003 e 2004), mantendo a dívida pública sob forte pressão.

“Já evoluímos muito ao reduzirmos de 42% para 17% a parcela dos títulos públicos indexada ao dólar. Hoje não temos a mesma vulnerabilidade de 2002, mas o desafio agora é diminuir a taxa de juros”, afirma um alto funcionário do Ministério do Planejamento.

“Não acredito em mudança da política monetária, mas os focos de tensão estão se reduzindo e o BC tem plenas condições de retomar uma trajetória de baixa. Se não fizer isso, vamos perder uma grande oportunidade de alavancar o crescimento econômico.” De acordo com este interlocutor do ministro Guido Mantega, os preços que mais pressionam hoje a inflação (petróleo, preços administrados e alimentos) são imunes à taxa de juros. Na prática, os juros altos atingem outros itens de consumo, que não estão pressionando a inflação e são importantes para o aquecimento econômico, como bens duráveis, além de penalizarem o investimento do governo.

“Os juros altos são autofágicos e destroem os ganhos fiscais. Este é o grande dilema do

governo Lula: o superávit primário cobre só a metade dos juros”, diz o economista Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo ele, a decisão de manter a taxa Selic em nível mais elevado se deve menos aos perigos da inflação e mais ao temor que o governo tem das turbulências do mercado e de uma crise no balanço de pagamentos – por causa de uma possível retração de capitais externos, se os juros caírem, ou de queda nas exportações, com a economia muito aquecida.

Outro elemento de discórdia em relação à ata do Copom diz respeito ao diagnóstico sobre o nível de utilização da capacidade produtiva na economia e seus efei-

tos inflacionários. Para integrantes do BC, alguns setores econômicos estariam próximos de esgotar seu potencial de produção, como o de siderurgia, o que traria risco de desequilíbrio entre oferta e demanda. Para os economistas do Planejamento, ao contrário, esse limite da plena utilização é flexível, podendo ser ampliado com horas e turnos extras, por exemplo. Além disso, segundo um técnico, “tudo indica que até 2006 irão maturar decisões de investimento que devem expandir o produto potencial”.

**JUROS ALTOS
NEUTRALIZAM
RESULTADOS
FISCAIS**